

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.803, DE 2008 (Apenso: PL nº 4.618, de 2009)**

Altera os arts. 149, 150 e 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar a função de Agente de Proteção da Criança e do Adolescente.

**Autor:** Deputado NELSON PELLEGRINO

**Relator:** Deputado JHONATAN DE JESUS

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe propõe alterações na redação dos arts. 149, 150 e 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, visando a criar a função de Agente de Proteção da Criança e do Adolescente, com a atribuição de fiscalizar os locais previstos no art. 149 e o cumprimento das determinações da autoridade judiciária.

Foi apensado o Projeto de Lei nº 4.618, de 2009, de autoria do Deputado William Woo, que pretende alterar o art. 101 do ECA, para dispor sobre o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, com o intuito de auxiliar os conselheiros tutelares no cumprimento de suas atribuições.

A matéria foi distribuída, em caráter conclusivo, às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (art. 54 do Regimento Interno); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A Constituição da República adotou, em seu art. 227, a doutrina da proteção integral à criança, ao adolescente e, mais recentemente, também ao jovem, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 65, de 2010. Os princípios nela contidos estão alinhados com os valores dispostos na Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1990.

Encontra-se inserido, na doutrina da proteção integral, o dever do Estado, em cooperação com a família e a sociedade, de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 65, de 2010, o texto de nossa Carta Magna avançou, ao prever que o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo a determinados preceitos, tais como: a aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente com deficiência; e a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem com deficiência.

Em razão de ação ou omissão da sociedade, do Estado, dos pais ou do responsável, ou da conduta da criança ou do adolescente, a autoridade competente – o Juiz da Infância e da Juventude ou o membro do Conselho Tutelar, conforme o caso – pode aplicar a chamada medida de proteção, cujo rol corresponde aos oito incisos do art. 101 do ECA. Também lhe é lícito expedir portarias ou emitir alvarás para regular a entrada e permanência em determinados locais (estádios, ginásios e campos desportivos; bailes ou promoções dançantes; boates ou congêneres; casas de diversões eletrônicas; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão), bem como decidir sobre a participação de crianças e adolescentes em eventos (ECA, art. 149, I e II).

Entretanto, não podemos ignorar o fato de que a efetividade das portarias, alvarás e medidas de proteção depende de fiscalização e de agentes

do Estado disponíveis para executar as ações necessárias, em consonância com a Justificação oferecida pelos ilustres Autores das proposições em comento.

A necessidade de uma resposta eficaz, por parte do Estado, tem se revelado cada vez mais notória, à medida que nossa legislação avança para acompanhar o desenvolvimento das relações sociais, bem como a escalada da violência e do abuso contra crianças, adolescentes e jovens. Citamos, por exemplo, o atual marco legal de adoção, instituído pela Lei nº 12.010, de 2009, e as inovadoras disposições sobre os crimes contra a dignidade sexual, trazidas pela Lei nº 12.015, de 2009.

A devida proteção integral a crianças, adolescentes e jovens somente será efetivada mediante uma equipe de apoio em número suficiente para atender a essa demanda crescente por ações do Estado, de acordo com os preceitos do ECA.

Finalmente, caberá às Comissões que nos sucederão a análise de eventuais vícios na proposição de leis sobre criação das funções de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência e dos Agentes de Proteção da Criança e do Adolescente.

Pelo exposto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 3.803, de 2008, e 4.618, de 2009, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado JHONATAN DE JESUS  
Relator

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.803, DE 2008 (Apenso: PL nº 4.618, de 2009)

Altera os arts. 101, 149, 150 e 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre as funções dos Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência e de Agentes de Proteção da Criança e do Adolescente.

O Congresso Nacional:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 101, 149, 150 e 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre as funções dos Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência e dos Agentes de Proteção da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 101. ....

§ 1º .....

§2º Para a execução das medidas de proteção previstas nesta Lei, no intuito de auxiliar os Conselhos Tutelares no cumprimento de suas atribuições, as autoridades judiciárias das Varas Especiais da Infância e da Juventude poderão constituir corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, de conduta e reputação comprovadamente ilibadas, por meio de regulamentação própria.” (NR)

Art. 3º O art. 149 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

“Art. 149. ....

.....

§3º A fiscalização dos locais previstos neste artigo será feita por Agente de Proteção da Criança e do Adolescente, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 150.” (NR)

Art. 4º O art. 150 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§1º e 2º:

“Art. 150. ....

§1º Para fiscalizar o cumprimento das determinações da autoridade judiciária, serão credenciados pelo Poder Judiciário e nomeados pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude Agentes de Proteção da Criança e do Adolescente, habilitados para a função mediante petição pública.

§2º É assegurado ao Agente de Proteção da Criança e do Adolescente o livre acesso a todas as dependências dos locais e estabelecimentos previstos no art. 149 e a outros por determinação do juiz competente, mediante a apresentação de identidade funcional emitida pela Corregedoria-Geral de Justiça, podendo, se necessário, requisitar força policial, quando houver flagrante violação dos direitos da criança e do adolescente.” (NR)

Art. 5º O *caput* do art. 194 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou por Agente de Proteção da Criança e do Adolescente, e assinado por duas testemunhas, se possível.

.....” (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado JHONATAN DE JESUS

Relator